

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3
Edifício Adail Belmonte
Brasília - DF - CEP: 70070-600
Telefone: (61) 3366-9100
www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....	1
Plenário.....	19

PRESIDÊNCIA**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

13ª Sessão Ordinária de 2020

Dia: 08/09/2020

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO**PARTE I**

1) Aprovação das Atas da 11ª Sessão Ordinária (18/08/2020) e da 12ª Sessão Ordinária (25/08/2020).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS**Processos com Pedidos de Vista**

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2018 (25/09/2018)

- 1) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2019 (27/08/2019)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00435/2019-07 (Recurso Interno)
Recorrentes: Ana Rita Coelho Colaço Dias; Carlênio Mário Lima Brandão; Daliana Monique Souza Viana; Filipe Venancio Cortês; Gustavo de Queiroz Zenaide; Otávio Machado de Alencar; Renata Santana Pêgo; Vinicius Henrique Campos da Costa
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. XXIV Concurso Público para Provimento de Cargos de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto de 1ª Entrância. Cargos vagos. Solicitação de nomeações. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Pernambuco

Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedido de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2019 (24/09/2019)

- 3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00150/2019-03
- Requerente: Ministério Público de Contas do Estado de Goiás
- Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
- Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Despachos de nºs 434/2017, 451/2017 e 596/2017 – PGJ-DG, da lavra do Procurador-Geral de Justiça. Recebimento por parte dos servidores de valores correspondentes à diferença de 11,98% decorrentes da conversão de cruzeiros reais em Unidades Reais de Valores (URV). Alegação de inexistência de fato gerador. Alegação de prescrição. Pedido de liminar.
- Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
- Origem: Goiás
- Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2020 (12/02/2020)

- 4) Proposição nº 1.01141/2018-59
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.
- Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedidos de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2020 (10/03/2020)

- 5) Reclamação Disciplinar n.º 1.00901/2019-28
- Requerentes: Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará; Corregedoria Nacional do Ministério Público; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Pará; Terra de Direitos
- Advogadas: Vercilene Francisco Dias – OAB/GO n.º 17976; Maira de Souza Moreira – OAB/RJ n.º 196.521
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
- Advogado: Tarik Rajeh Ferreira – OAB/PA n.º 27.970
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
- Origem: Pará
- Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00063/2020-44
- Requerentes: Afonso de Ligório Bezerra Junior; Alexandre Gonçalves Frazão; Alysso Michel de Azevedo Dantas; Augusto Carlos Rocha de Lima; Fabio de Weimar The; Herminio Souza Perez Junior; Izabel Cristina Pinheiro; Juliana Alcoforado de Lucena; Micaele Fortes Caddah; Patricia Antunes Martins de Oliveira; Paulo Batista Lopes Neto; Sílvia Ricardo Gonçalves de Andrade Brito
- Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
- Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Ato da Procuradoria Geral de Justiça que desativou prédios de Promotorias de Justiça. Designação de membros

para terem exercício em outras Comarcas. Desrespeito a regra das promoções e remoções. Pedido liminar.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (05/05/2020)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00208/2020-16
Requerentes: Fabio Ribeiro Velloso; Luciano Taques Ghignone; Paulo Eduardo Garrido Modesto
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Portarias n.ºs 524/2020, 525/2020 e 546/2020. Remoção compulsória. Violação à inamovibilidade. Alegação de desvio de poder. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Bahia
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Piauí
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00224/2020-90
Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Jussara Maria Pordeus e Silva
Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Procuradoria Geral de Justiça
Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão dos efeitos dos atos de convocações, a partir de edição do Decreto nº 42.100, do Governo Estadual, e dos atos de deferimento dos requerimentos de trabalho remoto. Ato nº 112.2020.PGJ. Prevenção ao COVID-19. Pedido liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência (09/06/2020)

- 10) Proposição nº 1.00709/2019-96
Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho
Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Atuação do Ministério Público na audiência de apresentação de toda pessoa presa à autoridade judiciária. Providências de investigação referentes ao Protocolo de Istambul da Organização das Nações Unidas (ONU).
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedidos de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (16/06/2020)

11) Pedido de Providências nº 1.00312/2018-13

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório nº 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Amapá

Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

12) Proposição nº 1.00448/2018-14

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (30/06/2020)

13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00648/2019-85

Requerente: Armando Brasil Teixeira

Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição/anulação da Portaria nº 2516/2019-MP/PGJ. Designação do requerente como membro substituto do 1º cargo da Promotoria de Justiça Militar. Conforme disposto na Resolução nº 020/2013-CPJ-MP/PA. Pedido liminar.

Relator: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Origem: Pará

Vista: Cons Otavio Luiz Rodrigues Junior

- 14) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39
Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região
Advogada: Sabrine Tams Gasperin – OAB/CE n.º 42.863
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP n.º 33/2016.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Ceará
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 1ª Sessão Extraordinária de 2020 (07/07/2020)

- 15) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
- 16) Reclamação Disciplinar nº 1.00252/2020-17
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedidos de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2020 (18/08/2020)

- 17) Reclamação Disciplinar nº 1.00630/2019-00 (Recurso Interno)
Recorrente: Universidade Federal de Pelotas
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Cons. Sandra Krieger Gonçalves
- 18) Reclamação Disciplinar nº 1.00255/2020-88
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 19) Proposição nº 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba
Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Paraíba
- 21) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Maranhão

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição

de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (26/02/2019)

24) Proposição n.º 1.01083/2018-09
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (25/06/2019)

25) Proposição n.º 1.00622/2017-84
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios para fins de promoção e remoção por merecimento de membro do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

26) Proposição n.º 1.00946/2017-02 (Apensos: Processo n.º 1.00949/2017-65; Processo n.º 1.00951/2017-70; Processo n.º 1.00950/2017-17; Processo n.º 1.00963/2017-22)
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Formação de listas tríplices para promoção por merecimento, em caso de insuficiência de candidatos no primeiro quinto da lista de antiguidade.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

27) Proposição n.º 1.00947/2017-58
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A promoção por merecimento, ainda que norteadas por critérios objetivos e eventualmente precedida de avaliação dos candidatos pela Corregedoria local, não prescinde de um natural resqúicio de subjetividade, devendo os votos do Conselho Superior serem documentados para o caso de se submeterem a posterior controle.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/08/2019)

28) Reclamação Disciplinar n.º 1.00193/2019-52 (Recurso Interno)
Recorrente: Saulo Henrique Silva Caldas – OAB/SE n.º 5.413
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Sergipe

29) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00333/2019-56 (Recurso Interno)
Recorrente: Shirlene Kerine Costa
Advogado: Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI n.º 15339
Recorrido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Irregularidades no indeferimento da inscrição do concurso de remoção. Edital n.º 001/2019, retificado pelo Edital n.º

002/2019. Exclusão do item 1.4 do Edital de Remoção Interna nº 002/2019. Promotorias de Justiça de Araguaína. Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Pedido liminar.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Tocantins

Incluído na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (10/09/2019)

30) Proposição nº 1.00956/2018-39
Requerente: Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração do art. 24 do RICNMP.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (26/11/2019)

31) Proposição nº 1.01065/2017-37
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

32) Proposição nº 1.00972/2018-03
Requerentes: Gustavo do Vale Rocha; Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços ministeriais pelas partes, procuradores, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todos os seus ramos.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (11/02/2020)

33) Consulta nº 1.00838/2018-11
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessado: Anísio Marinho Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Rio Grande do Norte

34) Proposição nº 1.00146/2019-90
Requerente: Sebastião Vieira Caixeta
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação no âmbito do Ministério Público da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Distrito Federal

35) Proposição nº 1.00151/2019-67
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Atuação dos membros do Ministério Público. Defesa dos direitos fundamentais das pessoas com

deficiência residentes em instituições que prestem serviços de acolhimento de pessoas com deficiência.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Distrito Federal

- 36) Proposição nº 1.00393/2019-23
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77, do RICNMP.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão (10/03/2020)

- 37) Proposição nº 1.00858/2019-09
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Contratação de aprendizes no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Possibilidade de o Ministério Público ser entidade concedente da experiência prática do aprendiz.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Distrito Federal

- 38) Proposição nº 1.00894/2019-64
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Notícia de Fato como hipótese de tratamento liminar de requerimentos desprovidos de fundamento e/ou manifestação alheios às atribuições da Corregedoria Nacional.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência (28/04/2020)

- 39) Correição nº 1.00032/2020-57
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Aprovação do relatório da Correição Extraordinária realizada em unidades do Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

- 40) Proposição nº 1.00125/2020-09
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do Regimento Interno. Possibilidade de arquivamento, a critério do Relator, de proposições de iniciativa de Conselheiros Nacionais em razão de superveniente término de mandato do proponente.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal

- 41) Correição nº 1.00191/2020-06
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Aprovação do relatório da Correição Extraordinária realizada em unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

- 42) Correição nº 1.00192/2020-60
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Aprovação do relatório da Correição em Órgãos de Controle Disciplinar no Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

- 43) Proposição nº 1.00124/2020-55
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Previsão de remessa das proposições aprovadas em Plenário à Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência, para, se cabível, apresentação da redação final.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

- 44) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

- 45) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

- 46) Reclamação Disciplinar nº 1.00967/2018-37 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática de arquivamento proferida na Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Minas Gerais

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência (23/06/2020)

- 47) Proposição nº 1.00354/2018-09
Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Instituição de programas e ações sobre equidade de gênero no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

48) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00158/2019-42

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Descumprimento do item 19.7 do Relatório Conclusivo da Correição realizada nas unidades ministeriais do mencionado Estado. Determinação para ajuizamento de Ação Civil de Perda de Cargo. Processo CNMP nº 0.00.000.000047/2017-20.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Goiás

49) Pedido de Providências nº 1.00777/2019-09

Requerente: Josefa Marques da Silva Duarte
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Alegação de transferência irregular de membro do *Parquet* estadual. Atendimento deficiente por parte de representante ministerial.

Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária (07/07/2020)

50) Proposição nº 1.00450/2018-20

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação aos órgãos do Ministério Público a adoção de medidas para o aumento da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais, em especial energia elétrica, água e papel.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal

51) Pedido de Providências nº 1.00994/2018-00

Requerente: Paulo Roberto Severo Pimenta
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de reconsideração da decisão proferida pela Presidência do CNMP. Promoção de arquivamento. Suposta omissão da Procuradoria Geral da República em atender à solicitação de informações quanto à entrada e permanência de procuradores americanos no Brasil. Informações insatisfatórias.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00918/2019-58

Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação Conjunta n.º 0001.2019-PGJ/CGMPAM. Atuação de membros nos processos de habilitação de casamento e processos de conversão de união estável em casamento.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Amazonas

53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00114/2020-00

Requerentes: Aldo de Campos Costa; Bruna Menezes Gomes da Silva; Marisa Varotto Ferrari; Paula Cristine Bellotti; Stanley Valeriano da Silva; Tulio Favaro Beggiano
Requerido: Procuradoria Geral da República

- Interessados: Jairo da Silva; Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes
Objeto: Ministério Público Federal. Suspensão dos efeitos da Portaria PGR/MPF nº 11/2020. Remoção, mediante permuta, de membros do Ministério Público Federal, sem prejuízo da inscrição no concurso de remoção aberto por meio do Edital PGR/MPF nº 5/2020. Anulação da permuta ocorrida. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00126/2020-62
Requerentes: Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins; Felipe Valente Siman; Filipe Andrios Brasil Siviero; João Gustavo de Almeida Seixas; Luiz Gustavo Mantovani; Marcelo Santos Correa; Pedro Henrique Oliveira Kenne da Silva; Victor Albuquerque de Queiroga
Requerido: Procuradoria Geral da República
Interessados: Erich Raphael Masson; Valeria Etgeton de Siqueira
Objeto: Ministério Público Federal. Irregularidades. Anulação dos efeitos das movimentações funcionais (remoções e permutas) entre membros. Restabelecimento da ordem de antiguidade na carreira. Determinação de abertura de remoção para uma vaga de Procurador da República na Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 55) Proposição nº 1.00246/2020-97
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do inciso I do art. 17 da Resolução n.º 14/2006. Adoção do tipo de prova certo ou errado na primeira fase dos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 56) Arguição de Impedimento ou Suspeição nº 1.00379/2020-27
Requerente: Carlos Ernandes Sampaio de Oliveira
Requerido: Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Arguição de Suspeição. Relator do Processo nº 1.00716/2019-70.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (18/08/2020)

- 57) Reclamação Disciplinar nº 1.00421/2018-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 58) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00445/2019-43
Requerente: Ivan da Ventura
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. 28ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital – Defesa do Meio Ambiente. Inquérito Civil n.º 06.2018.00000917-2. Informações requisitadas à Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM. Alegação de omissão e excesso de prazo.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Santa Catarina

- 59) Pedido de Providências nº 1.00675/2019-58
Requerente: Lilia Emilia Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Interessado: Pedro Eugenio Beltrame Benatti
Advogado: Alexandre lunes Machado – OAB/GO n.º 17275
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desconstituição de atos realizados. Inquérito Civil Público nº 005/2019 – Autos 2019.0008.4667. Irregularidades em busca e apreensão. Pedido de impedimento e suspeição de membro da 5ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Goiás
- 60) Pedido de Providências nº 1.00007/2020-91
Requerente: Florismar de Paula Sandoval
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Extinção da Promotoria da Comarca de Tocantinia. Remoção do membro titular para outra Comarca. Resolução nº 53, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Tocantins
- 61) Reclamação Disciplinar nº 1.00044/2020-09 (Embargos de Declaração)
Embargante: Diego Nardo
Advogado: Roger de Mello Ottano – OAB/TO n.º 2583
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 62) Pedido de Providências nº 1.00104/2020-66
Requerente: Soliana Figueiredo dos Santos Silva
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Uberlândia. Transporte escolar no município de Araguari. Idade máxima de veículos.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Minas Gerais
- 63) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Jaime Romaquelli
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante ao Órgão Judicial. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
- 64) Pedido de Providências nº 1.00204/2020-00 (Embargos de Declaração)
Embargante: Sidnei Aparecido de Mello
Advogados: Rodrigo Carlos Zambrano – OAB/SP n.º 395.988; Rodrigo Garcia da Silva – OAB/SP n.º 357.447
Embargado: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento.

Procedimento da Comarca de São Carlos nº 000383.2018.15.003/0. Procedimento da Corregedoria Geral nº 20.02.0004.0000794/2019-29.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: São Paulo

65) Pedido de Providências nº 1.00297/2020-73

Requerente: Andre Silvani da Silva Carneiro
Advogada: Dayse Adriana Monteiro dos Santos – OAB/PE n.º 45832
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Inclusão do nome do requerente em lista final do concurso para exercício cumulativo na Comarca da Capital/PE. Editais 01, 02, 03. Portaria PGJ nº 741/2020. Procedimento prejudicado pela pandemia de COVID-19. Pedido liminar.

Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Pernambuco

66) Pedido de Providências nº 1.00325/2020-80

Requerente: Gaspar Aparecido da Silva
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Substituição de próteses para portador de necessidades especiais. Alegação de conflito entre Prefeitura Municipal de Capivari e a União.

Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: São Paulo

67) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00365/2020-68

Requerente: Albert Lages Mendes
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessado: Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Conselho Superior. Promoção para a 2ª Promotoria Cível de São José de Ribamar, Termo Judiciário da Comarca de São Luís. Alegação de irregularidades em votação. Pedido de liminar.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Maranhão

68) Pedido de Providências nº 1.00374/2020-59 (Recurso Interno)

Recorrente: Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA n.º 8130
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Compra de respiradores para combate à pandemia de COVID-19. Rescisão unilateral de contrato em virtude da não entrega de equipamentos por parte da empresa Hempcare Pharma. Não devolução de valores recebidos. Deflagração da Operação Ragnarok. Declínio de competência. Prejuízo às investigações. Pedido liminar.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Bahia

69) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00386/2020-00

Requerente: Ministério Público do Estado de Goiás
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito positivo de atribuições entre a 53ª Promotoria de Justiça da Comarca de Goiânia (PP 202000152616) e o 3º Ofício do Núcleo de Tutela Coletiva da Procuradoria da República em Goiás (PP 1.18.000.000920/2020-90). Acompanhamento de políticas públicas da Secretaria Estadual de Saúde no combate à COVID-19.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Goiás

- 70) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00438/2020-20
Requerente: Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Pernambuco
Advogado: André Rebelo Costa – OAB/AL n.º 11569
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Suspensão da validade. Resolução Conjunta PGJ – CGMP nº 03/2020. Desrespeito à Resolução CNMP nº 164/2017. Extrapolação da competência do Procurador-Geral e do Corregedor-Geral. Pedido liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Pernambuco
- 71) Proposição nº 1.00445/2020-04
Requerente: Fernanda Marinela de Sousa Santos
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação às unidades do Ministério Público brasileiro a respeito de regras de atendimento aos advogados, procuradores e defensores públicos, para efetivação do art. 5º, da Resolução CNMP nº 210, de 14 de abril de 2020.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (08/09/2020)

- 72) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00669/2018-38 (Recurso Interno)
Recorrente: Carlos Alberto Hohmann Choinski
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portaria CNMP-CN n.º 183/2018. Inquérito Civil n.º MPPR-0046.15.019762-5. Expedição e cumprimento de notificação pessoal, contrariando deliberação firmada por Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa. Ato improvável em expor indevidamente a imagem do Parquet estadual e do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Divulgação de assunto sigiloso. Reclamação Disciplinar n.º 1.00353/2018-55.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 73) Correição nº 1.00072/2019-74 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada no Conselho Superior do Ministério Público e na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 74) Correição nº 1.00354/2019-07 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada em unidades no interior do Estado de São Paulo – Ministério Público Estadual.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 75) Proposição nº 1.00430/2019-20
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Ba-

hia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a possibilidade de o membro do Ministério Público ser titular de EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ou de Sociedade Limitada. Exercício do magistério.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

76) Reclamação Disciplinar nº 1.00527/2019-05

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

77) Reclamação Disciplinar nº 1.00579/2019-37 (Processo Sigiloso)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requeridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogados: Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF nº 59118; Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF nº 15.774; Bruna Cabral Vilela – OAB/DF nº 43447

Interessado: Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu – CDHMP – FI

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

78) Reclamação Disciplinar nº 1.00702/2019-00

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

79) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2019-31 (Recurso Interno)

Recorrente: Armando Brasil Teixeira

Advogados: Germano Paes Marques Junior – OAB/PA nº 21718-B; Almyr Carlos de Moraes Favacho – OAB/PA nº 7777

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Pará

- 80) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00132/2020-92
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Legalidade do regramento que disciplina o pagamento de ajuda de custo aos servidores do Ministério Público do Estado do Ceará. Resolução do Colégio de Procuradores nº 008/2015. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00631/2017-75.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Ceará
- 81) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00176/2020-95
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogado: Wagner Gonçalves – OAB/DF nº 400-A
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Manifestação pública indevida. Utilização de rede social (Twitter) para manifestação ofensiva ao Presidente da República e outras autoridades. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00577/2019-20. Portaria CNMP-CN nº 114/2019.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
- 82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46
Requerente: Estado da Bahia
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Bahia
- 83) Reclamação Disciplinar nº 1.00251/2020-63
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 84) Reclamação Disciplinar nº 1.00310/2020-67
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Interessados: Alessandra Campos Morato; Gladaniel Palmeira de Carvalho; Karina Soares Rocha
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 85) Reclamação Disciplinar nº 1.00371/2020-98 (Recurso Interno)
Recorrente: Derolino Pereira dos Santos
Advogado: Mario Junior Pereira Amorim – OAB/BA nº 38070

- Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado da Bahia.
- Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
- Origem: Bahia
- 86) Proposição nº 1.00424/2020-61
- Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 37, do Regimento Interno do CNMP e acréscimo de dispositivos, visando disciplinar o instituto do Conflito de Atribuições.
- Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
- Origem: Distrito Federal
- 87) Pedido de Providências nº 1.00434/2020-06 (Recurso Interno)
- Recorrente: Sandra Mendes Castilho
- Recorrido: Procuradoria da República no Estado do Paraná
- Interessada: Indira Bolsoni Pinheiro
- Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Atuação. Atendimento aos interessados. Ação Civil Pública nº 5002823-71.2019.4.047007/PR. Situação de desrespeito aos direitos de aluna com necessidades especiais da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-FB). Comarca de Francisco Beltrão.
- Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
- Origem: Paraná
- 88) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00457/2020-66
- Requerentes: Antonio Alves Pereira Netto; Bruno de Albuquerque Barreto; Cleyton Soares da Costa e Silva; Evelton David Conti Isoppo; Herson Luis de Sousa Galvão Rodrigues; Jaime Rodrigues D Alencar; Maylton Rodrigues de Miranda; Nayana da Paz Portela Veloso; Tiago Berchior Cargnin; Yan Walter Carvalho Cavalcante
- Advogado: Guilarido Cesá Medeiros Graça – OAB/PI nº 7.308
- Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
- Interessado: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Piauí
- Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso público. Ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça Substituto. Determinação para que o Ministério Público do Estado do Piauí prossiga com a imediata homologação do resultado final. Edital nº 01/2018. Pedido liminar.
- Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Piauí

- 89) Avocação nº 1.00460/2020-25
Requerente: Daniel Barreto Rodrigues
Requeridos: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessada: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Avocação. Reclamação Disciplinar nº 32/2020-CGMP, em trâmite na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: São Paulo
- 90) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Amapá
- 91) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Amazonas

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÕES DE 27 DE AGOSTO DE 2020

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 1.00649/2020-08

Relator: Conselheiro Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. SUPOSTA MOROSIDADE, OMISSÃO, PREVARICAÇÃO DE MEMBRO DO MPMG EM CONDUÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL. NATUREZA DISCIPLINAR DO PEDIDO. REMESSA À CORREGEDORIA NACIONAL PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS QUE ENTENDER ADEQUADAS. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Providências instaurado por intermédio do recebimento de mensagem eletrônica, de forma

anônima, em que se informa possível omissão, morosidade, prevaricação na condução do Inquérito número 0024.05.000.060-3, e que, segundo informado, já tramita na cidade de Belo Horizonte há cerca de 15 anos.

Afirma que o representante ministerial atuante no referido procedimento investigativo pode ter se descuidado de seus deveres funcionais e ao fim pede que seja instaurado um Processo Administrativo Disciplinar contra o Promotor de Justiça atuante no aludido caso.

É o sucinto relato.

Decido.

Sem delongas, entendo que para melhor apuração e elucidação dos fatos mencionados, sob o enfoque disciplinar, em que se alega suposta omissão, morosidade e prevaricação na condução de um Inquérito Civil que tramita há mais de 15 anos, por parte de um membro ministerial do parquet mineiro, bem como o pedido expresso do requerente de que se 'abra um PAD', reputo necessária a remessa do presente expediente ao Corregedor Nacional deste Conselho, com fulcro do art. 18, I, do RI/CNMP.

Ante o exposto, determino que sejam encaminhados cópia dos documentos acostados neste Pedido de Providências à Corregedoria Nacional para verificação de eventual prática de infração disciplinar cometida pelo membro do MPMG e providências que entender cabíveis.

Publique-se. Após, archive-se este Pedido de Providências.

Brasília/DF, 27 de agosto de 2020.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Conselheiro Relator.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 1.00383/2019-89

Relator: Conselheiro LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requeridos: FERNANDA ALITTA MOREIRA DA COSTA e

ROBERTO PORTELA MILDNER

DECISÃO

(...) Ante o exposto, mantenho as audiências de instrução e interrogatório, nos moldes em que designadas anteriormente.

Publique-se e intimem-se, eletronicamente, as partes requeridas e seus advogados, servindo a presente decisão como mandado.

Demais expedientes necessários.

Brasília-DF, 27 de agosto de 2020.

LUCIANO NUNES MAIA FREIRE
Conselheiro Nacional Relator

DESPACHO DE 26 DE AGOSTO DE 2020

PROCEDIMENTO CONTROLE ADMINISTRATIVO nº 1.00645/2020-85

RELATOR: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

REQUERENTE: Vanessa Fernandes Queiroga Pita

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Alagoas



DESPACHO

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado após petição da Sra. Vanessa Fernandes Queiroga Pita, por intermédio da qual alega preterição por parte do Ministério Público do Estado do Alagoas, consistente na omissão de nomeação de candidato(s) aprovado(s) para o cargo de Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social, apesar de existirem cargos vagos e de servidores sem vínculo com a Administração extarem exercendo o múnus.

Em uma primeira análise, verifica-se que não foram juntados pela requerente os documentos exigidos pelo art. 36, §1º, do RICNMP, quais sejam: cópia dos documentos de identidade, inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ e comprovante de endereço.

Deste modo, nos termos do art. 36, §2º, do RICNMP, intime-se a requerente para, no prazo regimental de 15 (quinze) dias, junte os documentos mencionados, sob pena de não conhecimento da representação.

Brasília-DF, 26 de agosto de 2020.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA

Conselheiro Relator